



# Anais da Assembléia

N.º 79

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 65. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Quielse Crisóstomo.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (51). Achando-se ausente o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira (01) bem como os Srs. Deputados Alexandre Ceranto e Werner Wanderer, que se encontram em licença (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 66/87, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM BOM PASTOR, do Município de Almirante Tamandaré - PR.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) SABINO CAMPOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para votação do Projeto de Lei n. 53/87, de autoria do Poder Executivo, visto tratar-se de matéria do mais alto interesse do magistério paranaense.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 115/87, de sua própria autoria, que declara de Utilidade Pública a ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 33/87, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 119/87, de sua própria autoria, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PRINCESA ISABEL - ENSINO DE 1.º e 2.º GRAUS, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Resolução n. 83/86.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO MARIA DE SOUZA, ocorrido ontem, 03 de agosto, em Ibaiti.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

**JUSTIFICATIVA:**

O falecimento do Sr. João Maria de Souza veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade de Ibaiti, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, inclusive nos meios políticos, onde foi vereador do Município e atualmente suplente de vereador.

Considerado benemérito, sempre ligado às causas humanitárias, militando com todas as suas forças nos vários setores da sociedade.

Seu caráter e espírito de justiça e sua seriedade, fizeram-no credor de elevada estima pelo povo da região. Sua dignidade e honradez são exemplos que deverão ser seguidos pelas gerações futuras.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem ELIEL HEIDGGER FERREIRA, ocorrido ontem, 03 de agosto, em Curitiba.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu irmão, Geiel Heidgger Ferreira, Câmara Municipal - Ibaiti-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

**JUSTIFICATIVA:**

Eliel era filho de Gentil Ferreira e irmão do vereador Geiel Ferreira, família numerosa e tradicional de Ibaiti.

Seu passamento enlutou não apenas seus pais, irmãos e parentes, mas entristeceu a todos aqueles que o conheciam na cidade de

Ibaiti.

Não poderia, Sr. Presidente, em que pese o momento de dor, deixar de solicitar a inclusão nos Anais deste Poder Legislativo, de voto de pesar pelo desaparecimento de Eliel Heidgger Ferreira, ficando na lembrança seus inúmeros exemplos de dignidade e trabalho.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 03, da Dra. LÚCIA CHECCHIA FRANKLIN.

A extinta, médica obstetra, era pessoa das mais conhecidas dentro do Paraná, pelo trabalho humanitário que desenvolveu dentro de sua profissão, onde sua dedicação pelos carentes a faziam ser procurada pelos desassistidos da sorte; como professora de matemática durante muitos anos no Colégio Estadual do Paraná, tornou-se famosa; ainda como uma das primeiras professoras particulares de Curitiba, mereceu o respeito de todos. Foi sócia-fundadora do Hospital Santa Brígida e médica do INPS, trabalhando em vários hospitais da Capital. Foi casada com o Desembargador Vitorio Franklin e seus dois filhos, Elcely Franklin Caminha e Victor Franklin, os dois advogados, são membros destacados do mundo jurídico do Paraná.

A pranteada morte de tão destacada personalidade do mundo médico do Paraná, justifica a presente proposição.

Requer também seja dado conhecimento à família enlutada e à Associação Médica do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em Umuarama, no dia 21 de julho do corrente ano, do Sr. DURVAL SEIFERT. O extinto era casado com a Sra. Nair Seifert, deixando duas filhas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

**JUSTIFICATIVA:**

Com a idade de 71 anos, faleceu em Umuarama o Sr. Durval Seifert, perdendo o

nosso Estado e a cidade de Umuarama, em especial, um de seus membros mais respeitados. Pioneiro e ex-Prefeito de Umuarama, tendo chegado a esta cidade por volta de 1954, um ano antes de sua fundação, tendo sido proprietário do Hotel "Roxy". Foi tesoureiro da Prefeitura em 1961, aposentando-se em 1982.

Paulista de Avaré, chegou ao cargo de Prefeito em 1975, quando substituiu o então Prefeito, Hênio Romagnolli, do qual era vice, ficando no cargo até 1977.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Seifert, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata da Sessão de hoje desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FILOTEL ROCHA RIBEIRO, ocorrido recentemente, na cidade de Mandaguáçu.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

#### JUSTIFICATIVA:

Com pesar registramos o falecimento, recentemente, na cidade de Mandaguáçu, do Sr. Filotel Rocha Ribeiro.

Homem modesto, deixou ele seu Estado natal, a Bahia, para vir contribuir com o seu trabalho para o engrandecimento da terra paranaense, como agricultor que sempre foi.

Bastante conhecido no Município, o extinto era pai de nosso companheiro Carmelino Rocha Ribeiro, ex-Prefeito de Mandaguáçu, por cujo intermédio queremos fazer chegar a toda a família enlutada, a manifestação de pesar e de tristeza pelo infausto acontecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico e prematuro falecimento de HUGO TAVARES YABE, ocorrido no último dia primeiro, em acidente de trânsito na cidade de Londrina, com apenas 25 anos de idade.

Sua morte deixou de luto não apenas seus familiares e amigos, mas todo o esporte amador londrinense. Treinador de natação do Londrina Country Club, era um

apaixonado pela função que exercia. Antes como atleta, e agora como treinador, formou um vasto círculo de amigos, que o consideravam como um irmão mais velho.

Espírito alegre, adorado por todos que tiveram o privilégio de sua convivência, sua morte causou grande consternação na sociedade londrinense. Yabe era do tipo da criatura humana que jamais deveria deixar este mundo. Sua ausência fará muita falta.

É preciso que a Assembléia Legislativa registre nos Anais da história sua homenagem póstuma a esse jovem que nos deixou uma extraordinária lição de trabalho, de paz e de amor.

Que sua esposa, dona Misefa, seja comunicada da decisão desta Casa de Leis, com os votos de que Deus, nosso Pai Celestial, a conforte por tão irreparável perda, dando-lhe força para suportar a dor e a tristeza. Que este sentimento seja expressado também aos demais familiares. O endereço para comunicação é Rua J. Mermoz, 40, em Londrina.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido aos familiares do Coronel PM RR, JOÃO RODRIGUES DA S. LAPA, através de sua viúva, Sra. Maria Milhioreto Rodrigues, residente à Rua 24 de Maio, 1672, nesta Capital, votos de profundo pesar pelo passamento do nominado Coronel, no dia 05 de julho pretérito.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) RAUL LOPES.

#### JUSTIFICATIVA:

O Coronel Lapa foi um dos baluartes da nossa Corporação Policial Militar, tendo dedicado sua vida em benefício da segurança e tranquilidade pública.

O nominado Coronel dispensa elogios, pois tornou-se legendário no interior do Estado, destacando-se na região de Cascavel, onde passou a maior parte de sua carreira policial militar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido aos familiares do Dr. NABOR MORAES SILVA NETTO, através de seu irmão, Cel. José Luiz Moraes e Silva, Rua Mal. Floriano, 1401, nesta Capital, votos de profundo pesar pelo passamento do nominado, ocorrido em 08 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Nabor, Diretor da Faculdade de Umuarama, ex-Secretário de Estado, dispensa referências, pois sempre se destacou sua vida, quer no aspecto familiar quanto público, tendo sido baluarte da cultura paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pelo transcurso do tricentésimo trigésimo nono aniversário de fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, comemorado no dia 29 de julho próximo passado.

Da aprovação, requer ainda, se dê ciência aos Excelentíssimos Srs. Waldyr Salmon, DD. Prefeito Municipal, e Carlos Eduardo Marcondes Lobo, DD. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na forma do disposto no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pelo transcurso dos 96 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Estado.

A história do Tribunal de Justiça do Paraná, iniciada numa cerimônia realizada na Câmara Municipal de Curitiba, no dia 1.º de agosto de 1891, até a presente data, quando esta instituição é presidida pelo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, justificam a presente proposição.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Tribunal de Justiça do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Dr. Mário Lopes dos Santos, à Associação dos Magistrados e ao Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de Urgência, sejam insertos nos Anais da sessão plenária de hoje, votos de congratulações

a serem oficiados ao jornalista Ítalo Fábio Cascioia, do jornal "Umuarama Ilustrado", ao ensejo do seu 20.º aniversário como colunista, transcorrido no dia 16 de julho de 1987.

Sala das Sessões em 06.08.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da passagem do 15.º aniversário do jornal "Umuarama Ilustrado", no dia 05.08.87.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 05 de agosto de 1972, pelo dinâmico jornalista Ilídio Coelho Sobrinho, cuja atuação como empresário na área da comunicação escrita, remonta ao início desta atividade na Região de Umuarama, o jornal "Umuarama Ilustrado" é componente indissociável da vida cultural desta região, onde, em sua atividade ao longo destes quinze anos, vem prestando de forma brilhante e imprescindível, relevantes serviços à comunidade, estando registrado em suas páginas, neste período, a história de Umuarama e Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja transferida de 19.08.87 para o dia 14 de setembro de 1987, às 15:00 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Excelentíssimo Sr. JUSTINO ARAÚJO VILELA.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 99/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 56/86, em Terceira Discussão, por cinco (05) sessões.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Inter-

no, dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, para todos os projetos aprovados em Terceira Discussão, na presente sessão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja dado como lido o pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

"Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Das mais felizes a iniciativa da Assembleia Legislativa do Paraná e da União Parlamentar Interestadual, na promoção de um seminário sobre a Constituição, o Paraná e a Região Sul, ontem desenvolvido nesta Casa.

Participamos desta promoção com vivo interesse, procurando levar não apenas a nossa participação como homem público, mas a presença do nosso Partido, o PL, a fim de manifestar a confiança no diálogo aberto na oportunidade, em torno de uma causa comum.

Está de parabéns esta Casa, na pessoa do Presidente, Antônio Annibelli, e do 1.º Secretário, Anibal Khury, pela iniciativa, bem como o coordenador, Deputado Tadeu Lúcio Machado, assim como os demais integrantes que colaboraram para o sucesso da realização.

Ficou provado, mais uma vez, o papel deste Legislativo, não apenas na feitura de leis e no debate de questões populares, mas na participação direta e na busca a soluções que nossa sociedade discute, procurando afirmar a voz do Paraná em termos nacionais. Foi profícua esta realização e estão de parabéns todos que para ela contribuíram, inclusive funcionários desta Casa, que colaboraram para o sucesso da empreitada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito do encontro Constituinte que esta Casa promoveu, e do qual participamos, dois aspectos que queremos fiquem registrados, entre tantos outros, que o Seminário nos proporcionou, primeiro, a presença das mais oportunas, do Senador José Fogaça, liderança jovem gaúcha que nos deu uma verdadeira aula de Direito Constitucional, defendendo uma tese que abraça com entusiasmo e para a qual conquista simpatias, graças à facilidade com que domina o tema.

Enfocando idéias e defendendo princípios que o Partido Liberal tem propugnado,

o Senador José Fogaça nos proporcionou uma visão importante na discussão do sistema de Governo para este País, defendendo o Parlamentarismo com uma veemência e conhecimento de causas que conquistaram a platéia à sua conferência.

Foi, sem dúvida, um dos pontos altos deste Seminário, valorizando ainda mais a iniciativa desta Assembleia. Pontos de vista com os quais comungamos foram ali registrados, numa linguagem simples e objetiva que nos fez antever um Brasil novo, em visão que deveria se estender a todos os brasileiros, especialmente a nossa juventude, na esperança de um Brasil melhor para todos nós. O sistema parlamentarista, conforme deixou bem claro seu expositor, preconiza, entre outros, o fortalecimento político-partidário, abrindo horizontes que a própria comunidade brasileira vem reclamando, preocupada com os milagres que se exigem de apenas um cidadão no sistema presidencialista. Confesso, senhores, que o enfoque do Senador José Fogaça foi dos mais convincentes, sendo com muita justiça valorizada sua tese por uma moção de apoio dos participantes daquele Seminário, conforme proposta do Deputado Anibal Khury, aprovada com apenas uma manifestação em contrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O segundo destaque que pretendemos fazer, foi a palavra do líder empresarial Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Paraná, na defesa de sua tese de criação do mercado comum latino-americano. É preciso que o Paraná, através suas principais lideranças, una-se em torno deste objetivo, numa criação de cima para baixo, ao contrário do que está pretendendo o atual Governo, vindo do próprio empresariado as raízes de uma iniciativa importante para toda a América Latina. Sua queixa da falta de ressonância das coisas do Paraná, a nível federal, deve servir de advertência a todas as lideranças, a fim de que, na união de esforços, possamos fazer com que nosso Estado tenha maior presença, além de suas fronteiras.

Solidarizo-me com aquele líder empresarial e como homem público reafirmo a disposição de que, independente de partidos, todas as nossas lideranças se unam para fortalecer o Paraná em termos de voz ativa a nível nacional.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero mais uma vez, parabenizar esta Casa e a UPI pela promoção do Seminário Constituinte, ontem realizado, quando mais uma vez contribuimos para que todos os segmentos da sociedade discutam em comum seus problemas e seus anseios, a fim de que, na forma de sugestões, possamos contribuir com a futura Constituição do

País.

Muito obrigado."

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do Plenário, seja fixada a data de 18 de outubro deste ano, para a realização da Sessão Solene para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. LEONEL BRIZOLA.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando interferência na criação de novas Associações de Plantadores de Cana-de-Açúcar no Estado.

Hoje, o recurso monta em aproximadamente Cz\$ 100 milhões, Safra/87. Atualmente essa soma é coordenada por uma única associação existente (Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar de Jacarezinho), presidida pelo Dr. Eduardo Quintanilha.

O município de Jacarezinho localiza-se na extremidade do Estado do Paraná, e com o aumento da produção de cana-de-açúcar, há necessidade de melhor distribuição desse recurso, em termos regionais, com a criação de novas associações e, geograficamente, o Estado do Paraná comporta pelo menos mais três.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Osmar Dias, é pleno conhecedor do problema originário, tendo mantido contato com a Associação de Jacarezinho, com a Federação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e com a Diretoria do I.A.A., não tendo logrado êxito. Motivo pelo qual a interferência do Sr. Governador do Estado se faz necessária, haja vista as fortes resistências encontradas pelo Secretário da Agricultura para tais concretizações.

Em todo o Estado do Paraná há apenas uma associação, enquanto que no Estado de São Paulo existem dezoito associações atuantes, promovendo uma melhor distribuição de recursos para os trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar; recursos esses que vão ao encontro das necessidades do homem do campo.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Carlos Antônio Biasi Ferraro, Presidente da ACARPA, solicitando informações sobre o resultado da Comissão de Sindicância instaurada na região de Francisco Beltrão para verificar a eficiência e o desempenho dos técnicos e funcionários da mesma, com o parecer final e as conclusões da Comissão.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, solicitando tomada de medidas concretas para limitar o avanço de barcos pesqueiros de outros Estados no litoral do Paraná, os quais estão prejudicando a pesca artesanal em nosso litoral.

Requer, ainda, seja dada ciência da decisão da Casa às entidades representativas dos pescadores artesanais do Paraná, na pessoa do Sr. Eládio Del Rosal.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os pescadores artesanais do Paraná, que há anos vivem da pesca, sem no entanto causar nenhum dano ao equilíbrio ecológico do nosso litoral, estão sendo ameaçados pela presença maciça de barcos pesqueiros de grande porte, vindos de outros Estados. Estes barcos, sem nenhum compromisso com a preservação das espécies, reduzem os cardumes trazendo prejuízos para nossos pescadores, em tal dimensão que ainda poderão ser sentidas daqui 15 a 20 anos.

Daí a necessidade de se limitar a distância para aproximação de grandes barcos pesqueiros, impor sanções previstas no Código de Pesca e cassar a licença aos barcos que não respeitarem as normas a serem estabelecidas, assim como está sendo sugerido pelo ITCF.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Juvenal Gettino, Prefeito Municipal de Marmeleiro, solicitando que o mesmo reconsidere a demissão do Professor municipal João Guarda, que leciona na Escola da Comunidade de Palmeirinha, naquele município, e o recontrate novamente, tendo em vista que a comunidade não

está aceitando o professor indicado pelo Prefeito.

Além disso, todos os alunos da escola, sem exceção, estão freqüentando as aulas ministradas pelo professor demitido, e a comunidade está dispendendo recursos próprios para mantê-lo, razão pela qual solicitamos que o Prefeito se sensibilize e reconsidere o pedido da comunidade, a decisão de demitir o professor João Guarda, recontratando-o.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Ivatuba no projeto Mutirão Habitacional, para suprir déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Paranavaí, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Dr. Camargo, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Paçandu, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de São Jorge do Ivaí, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria da Indústria e Comércio, solicitando um pronto atendimento às reivindicações da Coordenação das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, à qual sugere estímulo à agroindustrialização no Oeste do Paraná, através da implantação de microdestilarias de álcool e moinhos coloniais, dois empreendimentos que permitiriam que os produtores da região fossem processados ali mesmo, gerando mais empregos e desenvolvimento.

Requer ainda, que seja dada ciência da decisão da Casa, à CAIOPAR.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, solicitando que não haja liberação do preço de passagens do transporte coletivo enquanto os salários não apresentarem ganhos reais em relação aos índices inflacionários.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A previsão inicial de contenção de inflação através do congelamento de salários e preços de gêneros alimentícios, alugueis etc., não se concretizou na sua totalidade porque os salários não acompanharam os índices reais de aumento do custo de vida. Sendo assim, os salários encontram-se defasados, e um aumento nos preços dos transportes coletivos trará dificuldades para o nosso povo trabalhador.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após o ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor João de Paula, digníssimo Prefeito Municipal de Icaraíma, regozijando-se pela passagem do vigésimo sétimo aniversário de fundação da Cidade, no dia 25 de julho passado.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de moção de apoio a iniciativa do Presidente da Federação Paranaense de Agricultura, Dr. Paulo Carneiro, sugerindo ao Governo a criação de um "Fundo de Socorro" para o pequeno produtor rural, que está sendo executado pelos bancos credores, diante da impossibilidade de pagar suas dívidas, devido principalmente ao fato do aumento das taxas de juros e à situação de descapitalização dos agricultores, que acumularam prejuízos devido às sucessivas frustrações de safras.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Go-

vernador, Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando que o Hospital Regional de Cascavel, em construção, seja público e administrado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital Regional de Cascavel irá atender, praticamente, toda a Região Oeste do Paraná. Com isso, a maioria dos doentes que hoje se dirigem a Curitiba, com enormes gastos e grandes transtornos, terão uma opção a nível regional para desenvolverem seus tratamentos de saúde.

Entretanto, acreditamos ser necessário, para cumprir sua função social, que o hospital seja público e administrado pelo Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário do Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pinhalzinho, na divisória entre os Municípios de Umuarama, estrada Canelinha e Cruzeiro do Oeste, estrada Guarani.

Sala das Sessões, em 06.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A travessia sobre o rio Pinhalzinho, entre as estradas Canelinha e Guarani, vem sendo feita através de uma ponte de madeira em estado precário, colocando em risco os veículos que a utilizam, principalmente veículos pesados, como ônibus e caminhões, criando uma situação insuportável em vista da necessidade constante de tráfego sobre a mesma, já que esta atende além dos produtores rurais das estradas, Canelinha, no Município de Umuarama, e Guarani e Fria, no Município de Cruzeiro do Oeste. Sendo estas localidades de grande expressão na produção agro-pecuária da região, produção esta escoada através da referida estrada onde localiza-se a ponte, a qual qualificamos como de extrema precariedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado



da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, com o objetivo de que seja estudada a criação de Ensino de 2º Grau na Escola Estadual Vital Brasil - Ensino de 1º Grau - Regular e Supletivo, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### JUSTIFICATIVA:

Por ser uma escola central, é muito solicitada pelos estudantes do propedêutico, a cada final de ano considerável número de alunos que concluem a oitava série saem à procura de escolas distantes de seu local de trabalho e residência por não poderem prosseguir estudos no estabelecimento. É também expressivo o número de pedidos para a implantação do curso de magistério, tendo em vista que as duas únicas escolas com disponibilidade desse curso, localizam-se em bairros distantes e não possuem número de vagas suficientes, da mesma forma, a escola tem, em suas proximidades, estabelecimentos de ensino de 1ª a 4ª séries e pré-escola, o que facilita a realização dos indispensáveis estágios.

São justos esses anseios da comunidade e sofreram profunda e minuciosa análise por parte do corpo docente e Associação de Pais e Mestres da Escola, tendo obtido unânime aprovação, conforme comprova abaixo-assinado anexo.

ESCOLA ESTADUAL VITAL BRASIL  
ENSINO DE 1º GRAU REG/SUPLETIVO.  
MARINGÁ-PARANÁ.

Senhor Secretário.

Nós abaixo-assinados, pais de alunos da Escola est. Vital Brasil, vimos através deste reivindicar a criação do Ensino de 2º Grau nas opções Magistério e Propedêutico em nossa Escola.

Maringá, 23 de julho de 1987.

Segue abaixo 177 assinaturas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando que seja instalado uma Companhia da Polícia Militar na Cidade de Pitanga.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo Pitanga um Município que abriga 130 mil habitantes e contando com apenas seis soldados, dos quais quatro trabalham durante o dia, e dois à noite, sem

condições de maior atendimento por parte daquela Delegacia, colocando assim em risco todas as famílias daquela comunidade.

É importante ressaltar, ainda, que há poucos meses a agência local do Banco do Brasil foi assaltada, colocando em pânico todos os funcionários daquele estabelecimento, bem como a toda população.

Procurando zelar pela segurança dos moradores daquela cidade, vimos solicitar medidas urgentes no sentido de que seja instalada em Pitanga uma Companhia da Polícia Militar, ou, pelo menos de início, um efetivo com quarenta homens com infraestrutura (armas, veículos, etc.), inclusive no tocante às instalações físicas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DD. Engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando-lhe o recapeamento da avenida principal da Cidade de Paranapoema, visto que a PR-464, que liga a cidade de Paranacity a Jardim Olinda atravessando a Cidade de Paranapoema pela via principal, ocasiona com isso um grande trânsito de veículos na área central da cidade, conseqüentemente, necessita de reparos causados pela alta fluência de veículos na área.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa insira na ata dos trabalhos do dia de hoje, a íntegra das conclusões finais do Seminário "A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A REGIÃO SUL E O PARANÁ", realizado no último dia 4 de agosto do corrente.

REQUER, outrossim, o registro de voto de aplauso aos idealizadores deste evento, assim como aos técnicos de órgãos participantes que colaboraram, como também aos funcionários da Casa, de acordo com relação fornecida pela Primeira Secretaria deste Poder.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do Jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 04 de agosto do corrente ano, sob o

título "A DESPARANIZAÇÃO", visto que registra a diferença de tratamento dada pelo Governo Federal ao Estado do Paraná, um dos maiores produtores da Federação, deixando-o aquém dos interesses do Estado do Maranhão, que sem demérito para os seus habitantes, está longe de competir com o extraordinário potencial econômico gerado pelo nosso Estado em favor da grandeza e riqueza do País.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

#### Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 143/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Carambei, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas seguintes:

- começa na foz do arroio do Areião, no rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o lageado da Cotia, pela qual sobe até a sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do rio Pitangui e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida Estação, daí desce o referido afluente até sua foz no rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no rio Pitangui, ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Carambei, localizado no Município de Castro, vivencia uma significativa fase de desenvolvimento econômico, contribuindo para a crescente pujança da região.

É desejo daquela comunidade a criação do novo Município. Daí nossa intenção de ir ao encontro do sentimento reinante na referida região, apresentando o presente Projeto de Lei. Confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

Projeto de Lei nº 137/87.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Enfermagem - Seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) PAULINO DELAZERI.

Projeto de Lei nº 138/87.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança é uma instituição assistencial, filantrópica e de cunho profissionalizante; pessoa jurídica de direito privativo, sem fins lucrativos e que tem por objetivo estimular a organização de núcleos de ocupação nas áreas de artesanato e prestação de serviços, visando apoiar iniciativas comunitárias para a geração de renda auxiliar e/ou de cunho social, como também integrar e dinamizar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento.

Quanto aos seus associados, a entidade promove cursos profissionalizantes junto aos núcleos artesanais, habilitando-os ao ingresso no mercado de trabalho, prestando, inclusive, orientações em relação a previdência, saúde, habitação e lazer.

Assim, justo é que mereça o reconhecimento público estadual; é o que estamos propondo a consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei nº 139/87.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro de Formação Urbano Rural-CEFURIA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Líder do PT.

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos e desenvolve suas atividades na área de formação de lideranças comunitárias e apoio aos seus movimentos.

Fundada em 1981, a partir da necessidade sentida pelas Comunidades Eclesiais de Base e Associações de Moradores de Curitiba, tem como objetivo geral: "apoio e ajuda às iniciativas do povo, fundamentando-se nos princípios evangélicos e caracterizando-se por uma prática de respeito profundo aos valores culturais e religiosos do povo; atuando na perspectiva de uma sociedade justa e marcando sua autonomia em relação a qualquer outra entidade".

Já foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 6927 prestando atualmente relevantes serviços à comunidade curitibana.

Considerando que a entidade atende ao disposto na Lei nº 6994/78, que define normas para declaração de utilidade pública, e a importância da medida proposta, contamos com o apoio dos Parlamentares paranaenses na aprovação deste projeto.

Projeto de Lei nº 140/87.  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORONEL VIVIDA, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.  
(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente plano de Lei, a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo nos estatutos da entidade, devidamente registrados, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Projeto de Lei nº 141/87.  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL - APAE.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.  
(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Independente da vontade dos pais, parentes, amigos, ou de quem quer que seja, uma pessoa pode apresentar uma deficiência que a coloca abaixo do nível de normalidade em relação a outras pessoas.

O fator pode ser congênito, ou adquirido - aqui não nos cabe questionar a causa - e, sim, dizer que o excepcional, seja criança, adolescente ou adulto, é sempre uma fonte de preocupações para a família, que nem sempre está preparada para orientar, estimular e ajudar no seu desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

Com a fundação das APAE's e, com elas, a conscientização de pessoas voluntárias, ou não, que sob a orientação de pessoal especializado prestam um trabalho altruístico na assistência e orientação aos excepcionais, criou-se uma indispensável forma de ajuda, que sob todos os aspectos deve ser estimulada e dotada dos meios econômicos necessários para que possa continuar prestando tal assistência.

Justifica-se, pois, plenamente, que a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL - APAE, espere ter o merecido reconhecimento como entidade de UTILIDADE PÚBLICA pelo trabalho de profundo conteúdo humano e social que vem realizando em favor dos excepcionais daquele município.

Projeto de Lei nº 142/87.  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o distrito Administrativo de Pau D'Alho do Sul, no Município de Assaí, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

"Principia no marco A, cravado na margem direita do Rio Tibagi, anexo fluente do Ribeirão Jataizinho; daí segue a margem esquerda do Ribeirão Jataizinho, confrontando com as terras do Secção Cebolão, segue atravessando estrada de rodagem municipal que liga Assaí - Pau D'Alho, até onde der 3.850 metros, no marco B, cravado na beira da 15ª Ramal da estrada de rodagem que confronta com as terras do Secção Cebolão, até onde der 3.280 metros no marco C, cravado na linha divisória com as terras do Secção Paineira; daí quebra a direita e segue ao rumo S-7º - 50' - W, dividindo com as terras do Secção Paineira, até onde der 2.110 metros no marco D, cravado na margem direita do Ribeirão Paulo; daí quebra a direita e segue a margem

direita do Ribeirão Paulo a água abaixo até onde der 4.820 metros no marco nº E, cravado anexo fluente do Rio São Jerônimo; daí quebra a direita e segue pela margem direita do Rio São Jerônimo a água abaixo até onde der 17.500 metros no marco F, cravado na margem direita do Rio Tibagi; daí quebra a direita e segue acompanhando a margem direita do Rio Tibagi a água abaixo até onde der 5.750 metros no marco A, onde foi iniciado o ponto de partida, assim compreendendo a área de 40.970.600 metros quadrados".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.87.

(a) HOMERO OGUIDO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva dar atendimento a antiga e justa reivindicação dos habitantes do Patrimônio de Pau D'Alho, elevar-se à categoria de Distrito Administrativo.

Pela documentação, em anexo, constata-se idêntico interesse dos Órgãos Municipais de Assaí, através de representações de seu Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores, no sentido de que seja efetivada a aludida criação distrital.

Preenchendo todas as condições legais, impostas pela Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios), e considerando os benefícios que a nova configuração político-administrativa propiciará aos habitantes daquele Patrimônio, nada mais justo e oportuno que esta Assembléia venha hipotecar seu apoio ao presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo Expediente a ser lido, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O meu bom-dia!

A nossa satisfação em aqui estarmos neste último dia da semana, neste Plenário, cumprindo a tarefa de que nos incumbiu a população do Paraná no sentido de defender o povo deste Estado, especialmente da maioria, que são os trabalhadores do Paraná!

Estou encaminhando à Mesa nesta data um Requerimento para que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal de Marmeleiro, no Sudoeste do Estado, pedindo que

o mesmo reconsidere a sua decisão, equivocada, quando da demissão de funcionários e especialmente de um Professor Municipal de Marmeleiro, por ocasião da semana passada. Visivelmente, essa demissão tem cunho de perseguição política.

Há muito tempo nesta tribuna denunciávamos, procurando trazer ao conhecimento desta Casa de Leis, fatos, para que nós, no desempenho da nossa função pública possamos interferir no sentido do bom andamento da sociedade paranaense como um todo. Portanto, não poderíamos deixar passar em branco um fato desse momento, quando vemos companheiros nossos, funcionários públicos, perderem o seu emprego, perderem o seu pão-de-cada-dia, simplesmente porque pensam diferente do que pensa o Prefeito, ou pensam diferente daqueles que estão no Poder.

Isto é um ato que nós não podemos admitir e é por isto que desejamos que este Plenário se pronuncie e aprove o requerimento de tal forma que encaminhemos com o apoio de todo este Plenário, um expediente ao Prefeito Municipal de Marmeleiro para que ele volte atrás na sua decisão, decisão condenável e errada que ele tomou com relação aos trabalhadores públicos daquele Município.

Mas isto ocorre não só em Marmeleiro. Nós sentimos que, na prática e por trás da Reforma Administrativa do Estado do Paraná, foi aproveitado o embalo e nós estamos vendo, pelo Estado afora, os critérios de demissões sem aquilo que julgamos ser a forma mais ideal para chegarmos à conclusão das demissões, que seria o Inquérito Administrativo, o que até hoje nós não conseguimos. Nesta mesma data estou dando entrada a um outro requerimento, pedindo para que a ACARPA nos forneça o resultado da Comissão da Sindicância que foi instaurada especialmente na Região de Francisco Beltrão, para verificar a eficiência e o desempenho dos técnicos e funcionários da mesma.

Nós queremos saber também, sobre o parecer final e as conclusões a que a Comissão chegou, porque sentimos que um grande número de demissões, pelas justificativas dadas, são demissões exclusivamente arbitrárias. Então desejamos saber o que revelou a sindicância instaurada, se é que foram instauradas sindicâncias!

Estes então são os dois requerimentos que estamos apresentando nesta data onde queremos, a bem do serviço público, provar aos interessados o que há na verdade, e o que não há. Queremos, com base nessas informações, ter mais competência para discutirmos e para denunciarmos as arbitrariedades e as injustiças que se cometem neste Estado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ferrari Júnior) Consulto a Liderança do PDT, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de 05 de agosto de 1987 marcou o aniversário do primeiro ano de falecimento do ex-Prefeito de Londrina, ANTÔNIO FERNANDES SOBRINHO.

Criatura humana extraordinária, além do efetivo impulso que deu ao desenvolvimento de Londrina com o número incontável de grandes obras, que perpetuaram sua administração, destaque-se principalmente o tom humanístico que o batizou popularmente como Prefeito dos pobres. Passado um ano do seu falecimento, sua imagem continua saudosa, não apenas na lembrança da esposa d. Terezinha e dos familiares, mas de muitos milhares de londrinenses que guardam na memória e no coração o nome inesquecível e amado de Antônio Fernandes Sobrinho, exemplo para o Brasil. Existe nos Anais desta Casa de Leis a homenagem póstuma a esse homem que honrou o mandato do Prefeito de Londrina e cuja gestão serve de modelo para todos os homens públicos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos a liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Ausente).

Estando ausente, consultamos a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PMDB.

(Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e um Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Depu-

tado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 99/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 56/86), objetivando alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83. (Altera critérios de promoção da Polícia Civil - por antiguidade e merecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.R.H. e COMISSÃO DE SEGURANÇA, por unanimidade. EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 99/86, em 3.<sup>a</sup> discussão por cinco sessões. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 5 (cinco) sessões o Projeto de Lei Complementar n. 99/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 297/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Wenceslau Braz, o imóvel de sua propriedade, constituído por um lote com área de 300,00m<sup>2</sup>, conforme transcrição n. 9.083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da comarca de Wenceslau Braz. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - AFMI", com sede e foro no município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor ROSÁRIO PARANI MANSUR GUÉRIOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 123/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que dá nova redação ao artigo 88 da Lei n. 7051/78, conforme especifica. (Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, categoria ou ao nível fixado em Lei, mais os eventuais acréscimos por tempo de serviço). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n. 64, de 26.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 123/85

PARECER:

O nobre Deputado Ivan Gubert apresenta proposição alterando a redação do art. 88 da Lei n. 7051/78.

Hely Lopes Meireles, em Direito Administrativo Brasileiro, afirma que o "legislador quando quer abranger também as vantagens conferidas ao servidor usa o termo no plural - vencimentos."

Tratando-se de iniciativa que visa apenas adequar redação do citado artigo, e não havendo impedimento legal ou constitucional, somos favoráveis à aprovação da mesma, na forma da Emenda que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.87.

(aa) GILBERTO CARVALHO  
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 123/85

EMENDA:

No Artigo 1º onde se lê vencimento - leia-se:

"vencimentos".

Sala das Comissões, em 27.08.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Relator

Apoiamento: Orlando Pessuti.  
Ivan Gubert.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 123/85

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, tem por finalidade dar nova redação ao artigo 88 da

Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978 (que dispõe da estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria das Finanças).

A Douta Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável, por entender que se trata de iniciativa que visa, apenas, adequar a redação do citado artigo e que não há impedimento legal ou constitucional.

Assim sendo, por ter esta Douta Comissão de Finanças o mesmo entendimento que a Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer também é FAVORÁVEL a Aprovação do já citado Projeto de Lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 27.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO  
Presidente  
HOMERO OGUIDO  
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N. 123/85

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, tem por finalidade dar nova redação ao artigo 88 da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978 (que dispõe da estrutura e organização, da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria das Finanças).

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente a aprovação do Projeto por entender que se trata de iniciativa que visa, apenas, adequar a redação do citado artigo e que não há impedimento legal ou constitucional.

No âmbito da Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito, temos a dizer que a matéria possui conteúdo social significativo, vindo a amparar e proteger o funcionário público.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS  
Presidente  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 209/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL - AJEB", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Anexo Projeto de Lei n. 35/87, versando sobre a mesma matéria). Aprovado. (Public. no DA. n. 98/86, de 15/09/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 35/87

## PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE ESCRITORES E JORNALISTAS DO BRASIL - AJEB/PR", com sede e foro na cidade Curitiba.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define normas para a declaração de Utilidade Pública.

Não existe, portanto, qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da mesma nesta Casa de Leis.

Neste sentido, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/86, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã, que passa a contar, na próxima Legislatura, com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 100/86, 17.09.86).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 214/86

## PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã.

Conforme certidão do Juízo Eleitoral da 93.ª Zona, anexo ao Projeto de Lei, "o total de eleitores cadastrados até 06 de agosto de 1986, no Município de Ivaiporã, é de 30.530 (trinta mil quinhentos e trinta)".

Dessa forma, a matéria obedece ao disposto no artigo 35, Parágrafo Único, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios).

Por tais motivos, não vemos qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para que o referido Projeto de Lei prossiga a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

09/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 11/87 de 10.03.87).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 009/87

## PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Não existe, portanto, qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hugo Tavares Yabe, ocorrido no dia 1º de agosto do corrente ano, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pilotel Rocha Ribeiro, ocorrido no Município de Mandaguáçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Lúcia Checchia Franklin, ocorrido no dia 03 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Durval Seifert, ocorrido no dia 21 de julho do corrente ano, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora



Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando regime de urgência para tramitação do Projeto de Resolução n. 83/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Coronel PMPR João Rodrigues da S. Lapa, ocorrido no dia 05 de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nabor Moraes Silva Neto, ocorrido no dia 08 de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Eliel Heidgger Ferreira, ocorrido no dia 03 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor João Maria de Souza, ocorrido no dia 03 de agosto do corrente ano, no Município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 119/87, de sua autoria que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Princesa Izabel, Ensino de 1º e 2º graus", com sede e foro no Município de Cerro Azul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 033/87, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José dos Pinhais", com sede e foro no município de São José dos Pinhais - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para esclarecer o Plenário, pergunto de que trata esse Projeto do Deputado Anibal Khury para o qual se pede Regime de Urgência?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Pois não. Pedindo Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 33/87, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos, de São José dos Pinhais.

Está APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 115/87, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a "Academia Paranaense de Medicina", com sede e foro nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando regime de urgência para votação do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, n. 53/87, visto tratar-se de matéria do mais alto interesse do magistério paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 66/87, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Bom Pastor, no município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo interferência na criação de novas Associações de Plantadores de cana-de-açúcar no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo "A DESPARANIZAÇÃO", publicado no Jornal Gazeta do Povo, no dia 04 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada o final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que a Sessão Solene marcada para o dia 19 de agosto do corrente ano seja transferida para o dia 14 de setembro, Sessão Solene esta destinada para entrega de Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Justino Araújo Vilela. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Ítalo Fábio Casciola, pela passagem do seu 20º aniversário como colunista do Jornal "Umuarama Ilustrado". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 15º aniversário do jornal Umuarama Ilustrado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pinhalzinho, na divisa entre os municípios de Umuarama, estrada Canelinha e Cruzeiro do Oeste, estrada Guarani. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado, pela passagem dos 96º aniversário de instalação. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A data de hoje é por demais significativa, porque hoje transcorrem noventa e seis anos de existência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tem à frente o Desembargador Mário Lopes dos Santos. Noventa e seis anos de instalação do Tribunal de Justiça do Paraná, que transcorre sem muitas pompas, sem festividades no silêncio e num dia de trabalho normal como outro qualquer, segundo a linha de trabalho do seu Presidente, Desembargador Mário Lopes dos Santos.

O Tribunal de Justiça, em todas as cento e trinta e sete Comarcas e mais de uma centena de Varas, tem desempenhado um trabalho à altura do nosso Estado do Paraná. Fato novo anunciado é o encaminhamento, nos próximos dias, de mensagem ao Governador do Estado propondo a criação de novas Comarcas e Varas, diante da necessidade da existência, atualmente, dos trinta pedidos nesse sentido e nós temos constatado que a Região Metropolitana, em especial, tem procurado junto ao Tribunal de Justiça a criação de novas Varas de novas Comarcas, em especial a região de Almirante Tamandaré, Mandirituba, Quitandinha e de outras localidades mais próximas.

Se viabilizada, a iniciativa permitirá uma maior agilização da justiça, integrada hoje por trezentos e sessenta e sete julgadores, vinte e sete desembargadores, vinte e um juizes do Tribunal de Alçada, trezentos e dezenove juizes de Direito, distribuídos em comarcas de entrância inicial, intermediária e final.

O Tribunal que começou com cinco desembargadores, hoje julga uma média de dez mil processos anuais e sua estrutura apresenta-se modernizada e tanto a parte administrativa como a judicante, conta com substancial auxílio da informática. Alguns

órgãos do Tribunal dispontaram como o exemplo para implantação em outros Estados Brasileiros, como é o caso do Tribunal Especial de Pequenas Causas, cuja iniciativa coube ao Estado do Paraná.

O Tribunal de Justiça de 1987, não é mais aquele Tribunal de Apelação instalado em 1891, conforme denominação da época. José Alfredo de Oliveira Conrado, Caetano Erichsen, Emydio Westphalem, Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior e Augusto Lobo de Moura, foram os primeiros desembargadores de atuação e importância históricas continuam tendo a sua memória preservada no museu da Justiça instalado no 10º andar do Palácio da Justiça, onde são guardados ainda pareceres e decisões de juristas de renome internacional, como Rui Barbosa. Instalado numa cerimônia realizada na Câmara Municipal de Curitiba, com a presença de autoridades e populares, no dia 01 de agosto de 1891, a Ata foi assinada cinco dias depois, ficando o dia 06 de agosto como a data oficial de instituição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desde então órgão máximo do Poder Judiciário do Estado, o Tribunal enfrentou muitas dificuldades, principalmente por não contar com uma sede própria onde pudesse se fixar. Em consequência dessa deficiência, precisou peregrinar por diversos prédios da cidade, até chegar ao Centro Cívico, onde hoje se encontram também as sedes do Executivo e do Legislativo.

E a grande luta é para a construção do Fórum de Curitiba, para que nós possamos ter então uma complementação do nosso Tribunal de Justiça. Por isso nesta data, o PDT, a Bancada do PDT, se congratula com os noventa e seis anos de existência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como então.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de Ensino do 2º Grau na Escola Estadual Vital Brasil - Ensino de 1º Grau - Regular e Supletivo, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando a instalação de uma Companhia da Polícia Militar, no Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente,

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento da avenida principal, do Município de Paranapoema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, das conclusões finais do Seminário "A Nova Constituição Federal, a Região Sul e o Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, viabilizando a inclusão do Município de Paçandu no Projeto Mutirão Habitacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão do Município de São Jorge do Ivaí, no Projeto Mutirão Habitacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão do Município de Paranavaí, no Projeto Mutirão Habitacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, através da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão do Município de Dr. Camargo, no Projeto Mutirão Habitacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão do Município de Ivatuba, no Projeto Mutirão Habitacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando moção de apoio ao Senhor Presidente da Federação Paranaense da Agricultura por ter sugerido a criação de um fundo de socorro para o pequeno produtor rural do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde, viabilizando que o Hospital Regional de Cascavel, em construção, seja público e administrado pela Secretaria de Saúde. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República encarecendo que não haja liberação do preço de passagem do transporte coletivo enquanto os salários não apresentarem ganhos reais em relação aos índices inflacionários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Icaraíma pela passagem do 27º aniversário daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Vila Nossa Senhora do Rosário, do Município de Paranaguá, pela passagem do 339º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Marmeleiro, encarecendo a reconsideração do mesmo, da decisão de demitir o Professor João Guarda, da Escola da Comunidade de Palmeirinha, naquele Município. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Requerir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa vai proceder à verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito de Vossa Excelência, Senhor Presidente Ferrari Júnior, a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere o pedido do Ilustre Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Aníbal Khury) (Procede à chamada nominal).

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

(Após a chamada...)

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o Deputado Antônio

Bárbara está presente, eu estava dando uma entrevista quando Vossa Excelência fez a chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Trinta Senhores Deputados presentes. Há quorum para prosseguimento e deliberação. Vamos proceder a verificação de votação.

Solicitamos aos Senhores Deputados que, por fineza, tomem seus assentos, para que possamos proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli queira levantar-se.

Cinco Senhores Deputados aprovam.

Vinte Senhores Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Continua em discussão o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e Votação da Redação Final para todos os Projetos aprovados em 3.ª discussão, na presente sessão e não sofreram emendas nas suas tramitações. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando seja fixada a data de 18 de outubro do corrente ano para a realização de Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Leonel Brizola. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros dos Transportes e Fazenda, Presidentes do Congresso Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, manifestando voto de repúdio ao pagamento das empresas de consultorias, que continuam trabalhando nas obras da Ferrovia Norte Sul. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Senhor Secretário da Agricultura e do Abastecimento por suas declarações feitas ao Jornal "Folha de Londrina". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo pronto atendimento à reivindicação da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDEPE, encarecendo medidas concretas para limitar o avanço de barcos pesqueiros no litoral do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja dado como lido, o pronunciamento a respeito da promoção do Seminário sobre a "Constituição, o Paraná e Região Sul". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, através da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações sobre o resultado da Comissão de Sindicância instaurada no Município de Francisco Beltrão. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 75/86 e 278/86

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 123/85, 209/86, 214/86 e 09/87.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BARBARA, EM SESSÃO DO DIA 06 DE AGOSTO DE 1987.**

**"A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A REGIÃO SUL E O PARANÁ".**

Promoção: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SECCIONAL SUL DA UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL.

Os participantes do Seminário, reunidos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 04 de agosto de 1987, após ouvirem os conferencistas, debatedores e representantes de entidades, e realizarem exame prévio em Grupos de Trabalhos, concluem:

I- PROPOSTAS DE COMPENSAÇÕES PELO USO DO POTENCIAL ENERGÉTICO.

O Grupo de Trabalho, constituído na forma do Regulamento do Seminário para apreciar o tema das compensações pelo uso do potencial energético, apreciou amplamente a problemática da energia elétrica

do País, tendo em mira oferecer sugestões de propostas constitucionais, como contribuições aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Atentou-se para o fato de que os Estados da Região Sul se situam entre os oito maiores produtores de eletricidade e que no ano 2001, conforme planejamento nacional do setor elétrico, provavelmente ficarão entre os Sete Estados que irão dar as maiores contribuições ao aumento da geração de energia elétrica.

Foi igualmente considerado que o atual modelo do aproveitamento de recursos naturais para a produção de eletricidade não assegura plenamente os benefícios dessa exploração econômica aos Estados e Municípios onde se localizam os respectivos potenciais.

As áreas alagadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas e a extração de recursos minerais se têm caracterizado como amputações do potencial de desenvolvimento econômico e social dos Municípios e dos Estados, causando prejuízos, notadamente em termos de redução da capacidade de produção agropecuária, das receitas fiscais, de poluições e de outras perturbações do meio ambiente.

O § 2.º do Art. 52 do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização demonstra que os ilustres membros da Assembléia Nacional Constituinte estão preocupados em assegurar fundamentos constitucionais à garantia de compensações aos Municípios e aos Estados pela exploração de recursos naturais. A referida disposição constitucional tem a seguinte redação:

"§ 2.º - É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, renováveis ou não-renováveis, bem assim dos recursos naturais do subsolo em seu território".

O Grupo de Trabalho considerou que pela sua amplitude e por algumas imprecisões conceituais, deve a proposição transcrita ser aperfeiçoada, mantendo-se as intenções que a levaram a ser acolhida pelos Senhores Constituintes.

Dentre os aperfeiçoamentos necessários destaca-se a conveniência de restringir a extensão da garantia constitucional ao uso de recursos naturais, renováveis ou não renováveis, para a produção de eletricidade. A expressão "participação nos resultados da exploração econômica" também deve ser substituída por outra mais precisa, qual seja: Compensação Financeira. Neste passo, convém lembrar que a Lei nº 2004, que institui a PETROBRÁS (além de assegurar a entrega de ações aos mesmos) - paga-

mento esse que se tornou conhecido pelo termo "royalties".

A Lei 2004/53 sofreu alterações para assegurar aos Municípios o pagamento de "royalties" também sobre o petróleo extraído da plataforma continental - propriedade da União pela Constituição vigente-, o que denota o reconhecimento, de modo mais generalizado, do direito dos Estados e Municípios à obtenção de compensações financeiras pelo uso do potencial energético existente em seus territórios.

Acresce que o Tratado Brasil-Paraguai referente à construção da Usina de Itaipu estabeleceu expressamente o pagamento de "royalties" às partes contratantes pelo uso do potencial hidráulico.

Entendeu ainda o Grupo de Trabalho que o pagamento de compensação será uma forma de ensejar recursos financeiros aos Estados e Municípios para tornar a exploração do potencial energético efetivamente propiciadora de benefícios ao seu desenvolvimento econômico e social. Com respeito às populações diretamente atingidas pelos ônus da exploração do potencial energético - que têm oferecido crescentes resistências e mobilizações contra a construção de usinas (hidrelétricas, termelétricas a carvão e nucleares), a ponto de dificultar a construção de novas centrais geradoras - devem elas contemplar a possibilidade, imediata e concreta, de receber compensações financeiras, além de medidas que estimulem a sua industrialização e o uso de eletricidade em benefício do seu desenvolvimento. Com tais compensações e com o estímulo ao uso da eletricidade em prol do desenvolvimento dos Municípios e Estados, em vez de colocar em risco a expansão da oferta de energia elétrica, as populações atingidas passarão até mesmo a reivindicar a construção de centrais geradoras em seus territórios.

Nos casos das usinas decorrentes de acordos internacionais - tais como as de Itaipu (Brasil-Paraguai) e as do rio Uruguai (Brasil-Argentina), ensejando "royalties" a serem recebidos pela União, devem resultar na transferência dessa receita aos Estados e Municípios onde se localiza o potencial energético.

Em 28 de junho de 1987, o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL, que congrega os Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, encaminhou o ofício nº 07/87 ao Ministro das Minas e Energia, Doutor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, contendo reivindicações da Região Sul do País, dentre as quais o Grupo de Trabalho destaca a Instituição de "royalties" sobre todas as formas de geração de eletricidade, em favor dos Municípios e dos Estados produtores".

O Grupo de Trabalho resume sua contri-

buição à seguinte proposição constitucional:

ART. (...) são devidas compensações financeiras às unidades da Federação e aos Municípios onde se localizam aproveitamentos e recursos naturais para a produção de energia elétrica, na forma a ser estabelecida em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO : O disposto no "Caput", deste artigo se estende às usinas resultantes de acordos internacionais, cabendo à União transferir às unidades da Federação e aos Municípios os valores que receber pelo uso do potencial energético.

## II- PROPOSTAS DE MUDANÇAS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO.

Acrescentar no capítulo das DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS dispositivo estabelecendo o critério das transferências de encargos, de forma tal que não minimize as conquistas dos Estados e Municípios na participação do bolo tributário.

Esse critério deverá estabelecer que as transferências de encargos não poderão ser superiores a 50% das vantagens financeiras outorgadas pela nova carta a Estados e Municípios.

### PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA

"Suprima-se a linha B do inciso 2º do artigo 272, do Anteprojeto.

#### JUSTIFICATIVA:

O dispositivo que se pretende suprimir colide frontalmente com a técnica adotada na remodelação do próprio imposto, de vez que consagra a incidência na ponta do consumo. Impõe-se sua supressão para que a própria concepção adotada para o tributo prevaleça e os dispositivos conflitantes, insuscetíveis de harmonização, sejam removidos.

Além disso, ao beneficiar os estados consumidores de combustível e energia, que são os estados mais fortes e desenvolvidos economicamente, o dispositivo afronta o comando do artigo 257, § II, que estabelece como objetivo do próprio sistema tributário o "desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões do país". Não se harmoniza, por isto, com os princípios gerais do próprio Título VII.

Finalmente, ao permitir que a energia proveniente do estado menos desenvolvido se apregue aos custos de produção das indústrias do estado mais forte, na condição de insumo, o dispositivo permite o absurdo de que o estado produtor de energia, ao importar produtos industrializados, importe também o imposto que não lhe foi permitido cobrar, criando novo embaraço para o cumprimento de objetivo de promover o "de-

senvolvimento equilibrado".

"Suprima-se o inciso II do § 7º do art. 272".

#### JUSTIFICATIVA:

Ao permitir que o Senado Federal fixe as alíquotas do ICM aplicáveis às operações internas realizadas com energia elétrica, petróleo e combustíveis, o dispositivo entra em choque com o espírito que preside toda a edificação de novo sistema tributário, qual seja o de fortalecer os Estados e sua autonomia, com a conseqüente afirmação do ideal federativo. Dada essa desarmonia com o espírito do projeto mesmo é que se faz necessária sua supressão.

### PROPOSTA DE EMENDA

Dar ao inciso I do art. 277 - a seguinte ação, suprimindo a Linha "C":

"Art. 277 - A União entregará:

Inciso I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e seis por cento, na forma seguinte:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e três inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

#### JUSTIFICATIVA:

O favorecimento ao Nordeste fere o princípio da igualdade entre as unidades federadas.

Sobremais, os recursos devem ficar nas regiões onde são gerados, como um incentivo à produção.

Dar ao inciso II do art. 277 a seguinte redação:

"II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados - IPI, 20% para os Estados e o Distrito Federal, proporcionalmente ao ICM deixado de arrecadar em função de exportações.

#### JUSTIFICATIVA:

Não tornar inviável o esforço dos Estados agrícolas em melhor elaboração de seus produtos de exportação;

O Poder Público necessita de grandes recursos para incrementos do Setor Secundário.

O saldo favorável da balança comercial é de interesse maior da política nacional; Dívida Externa; não é justo sacrificar os Estados que participam desse esforço.

Dar ao inciso II, do artigo 277, a seguinte redação:

"II- Do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados - IPI, levado em consideração o resultado líquido da balança comercial externa (exportação menos importação) de cada unidade da Federação, será distribuído para os Estados e Distrito Federal valor proporcional ao ICM deixado de arrecadar em função de exportações".

OBS: As duas propostas de mudanças ao inciso II, do Art. 277, foram aprovadas para discussão mais ampla no Fórum de Porto Alegre- RS.

### III- PROPOSTAS DE ORDEM ECONÔMICA

Apoio à Ciência e Tecnologia e a interação entre empresas, universidades e centros de pesquisas como instrumento de desenvolvimento e modernização do setor produtivo. Com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, o Brasil geraria divisas e poderia vender tecnologia a outros países ao invés de importá-la, melhorando o nosso setor de produção, amentando a qualidade de nossos produtos, a fim de haver uma maior aceitação no mercado externo.

Segundo o art. 347, 350 e 351 do atual anteprojeto da nova Constituição, competiria ao Estado mediante o Sistema Único de Saúde, controlar a qualidade do meio ambiente, inclusive o do trabalho e ficariam subordinados ao referido Sistema a gestão dos serviços relacionados a segurança do trabalho e as políticas relativas ao saneamento básico.

Tendo em vista que a segurança do trabalho e o saneamento básico têm sentido bem mais amplo que o abrangido pelo Sistema Único de Saúde, sugere-se que a segurança do trabalho e o saneamento básico sejam totalmente desvinculados desse Sistema, merecendo citação na Constituição, porém de forma mais abrangente, de modo a permitir outros enfoques além dos aspectos da saúde, como é o caso da segurança do trabalho e as obras da infraestrutura do saneamento básico.

Conforme aos artigos do anteprojeto da nova Constituição relativos ao meio ambiente, os órgãos governamentais perderiam a atribuição de avaliar e decidir sobre o impacto de indústrias de grande porte no meio ambiente.

Propomos, então, a revisão dos tópicos do anteprojeto da Constituição relativos a obras de grande porte com conseqüências sobre o meio ambiente, de modo a defender critérios rígidos de preservação do meio ambiente, definidos através da legislação ordinária, elaborada com a participação e ampla discussão de entidades representativas da sociedade.

Maior difusão do ensino técnico profissionalizante, com criação de escolas

técnicas, em todos os níveis, o que aumentaria a qualidade de mão-de-obra do País, que hoje se encontra num patamar restrito, melhorando a posição e, em conseqüência, o nível salarial dos trabalhadores.

Desconcentrar as indústrias dos pólos saturados deslocando-as para onde estejam as matérias-primas, reduzindo os gastos com transportes, diminuindo o preço final dos produtos, gerando também um número maior de empregos no interior do Estado, evitando assim êxodo para os grandes centros.

### IV - PROPOSTAS GERAIS

Apoiar a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico, com participação partidária do Executivo e Legislativo de cada Estado membro.

O serviço à Pátria, obrigatório, poderá ser exercido nas instituições militares ou em entidades de utilidade pública, na forma que a Lei estabelecer.

Os Estados do Sul apóiam a restauração do princípio Federativo com efetiva autonomia dos Estados, a desconcentração do poder e a descentralização da execução dos serviços públicos essenciais.

Apoiar o relacionamento do Brasil com outras nações, especialmente a integração de comércio entre as nações do continente situadas na América Latina.

Recomendar a adoção do sistema parlamentarista de Governo, na forma de moção aprovada por este Seminário.

Curitiba, 04 de agosto de 1987.

(aa) Dep. ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente da Assembléia Legislativa

Dep. TADEU LÚCIO MACHADO

Coordenador Geral

Dep. EZEQUIAS LOSSO

Coordenador de Sistematização

Dep. ANTÔNIO BÁRBARA

Coordenador do GT de Economia.

Curitiba, 04 de agosto de 1987.

(aa) Dep. ANTÔNIO ANNIBELLI  
Presidente da

Assembléia Legislativa do Paraná

Dep. ANIBAL KHURY

1º Secretário da Assembléia Legislativa

Dep. TADEU LÚCIO MACHADO

Coordenador Geral

Dep. EZEQUIAS LOSSO

Coordenador de Sistematização

Dep. CAÍTO QUINTANA

Coordenador do GT de "Royalties"

Dep. EDMAR LUIZ COSTA

Coordenador do GT de Tributos

Dep. ANTÔNIO BÁRBARA

Coordenador do GT de Economia

Confere com o original arquivado nesta



Diretoria de Serviços Especiais.

RAFAEL DE LALA SOBRINHO  
Diretor de Serviços Especiais  
JOSÉ CARLOS PORTELA  
Chefe do SEAT

"MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA  
CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SENHOR DEPUTADO JOSÉ FELINTO, EM  
SESSÃO DO DIA 06 DE AGOSTO DE 1987.

#### "A DESPARANIZAÇÃO"

Ficamos muito aquém do Maranhão. Os paulistas e mineiros - que detêm o maior número de ministérios, atualmente - foram os que mais receberam recursos da União. Logo em seguida, o Estado natal do presidente da República, que, nesse exercício, abiscoitou 4,83 bilhões de cruzados, detendo o galardão do terceiro lugar, dentre as unidades federativas.

Qual o critério para essa distribuição? Será o de produzir agricolamente um montante de 25% da produção nacional? Ou, porventura, resultará da compensação por terras perdidas, submersas, que desapareceram para a formação de lagos alimentadores de usinas hidrelétricas que mitigam a fome de quilovates hídricos de outros Estados? É possível que o Maranhão tenha gerado divisas fortes, através de seu porto marítimo, dando aos cofres públicos do País muito mais do que retirou para suas importações. Ou, por acaso, o Maranhão deu, na safra passada, 3 milhões de toneladas de trigo, quase a metade do consumo nacional, poupando-se dólares para a compra desse cereal tão imprescindível à alimentação dos brasileiros? Será por trabalho o critério que resultou no emborcar a cornucópia federal, despejando-se quase 5 bilhões de cruzados para o Maranhão? Ou, eventualmente, esse Estado foi ressarcido, prodigamente, pela União federal, que "federalizou" suas ferrovias? Atente-se - como dissemos na edição anterior - que o Governo da República, numa simples "canetada", em Brasília, passou para seu acervo patrimonial e gerencial a Central do Paraná, ferrovia que construímos com sacrifício, para fazer a imprescindível ligação entre Apucarana (Norte do Estado) e Ponta Grossa (região central paranaense). O Governo federal deve-nos não somente 228 milhões de dólares por isto, mas, também, os lucros cessantes dessa operação que nos desparanizou, como vimos sendo desparanizados, aliás, com os "confiscos" sobre bens agrícolas, como se o ato de produzir muito fosse um pecado econômico-social pelo qual temos que expiar por um tempo indefinido.

Ou será que, pelo simples fato de ser o Estado natal do Presidente da República, o Maranhão é beneficiário privilegiado, enquanto somos credores quirografários, tanto quanto o Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou outros Estados Nordestinos, do Centro-Oeste, da imensidão amazônica?

O que se pergunta é quem ou quais os responsáveis por essa distribuição. Ela é, no mínimo, antifederativa, quando não clamorosamente injusta, não somente em relação ao Paraná, mas aos outros Estados brasileiros que, ou produzem muito ou necessitam, enormemente, de uma distribuição que passe por critérios sem paixões, nem emocionalismos, mas resultem de um crivo de consciência e de imparcialismo.

Continuamos insistindo em que o Paraná vem se desparanizando muitíssimo e em frentes multiplicadas, curvado, talvez, pelo peso da fama de sermos "Estado-rico" e, portanto, capaz de prescindir de atenções do poder central. Nada menos verdadeiro, se considerarmos que na própria medida de nossa evolução - resultante da capacidade de trabalho, do gênio realizador de nossa gente e de condições físicas existentes em nosso território estadual - estaremos não somente dando muito à União, mas crescendo, também, em novas e maiores necessidades para que se continue esse processo de atendimento ao governo da Nação. O contrário - como, desgraçadamente, vem ocorrendo - desvitaliza-nos, pauperiza o potencial do Paraná pela resultante de uma desparanização que se observa, inclusive, por essa forma de privilegiar o Maranhão, em nosso detrimento e em detrimento a outros Estados brasileiros.

Temos insistido que, malfadadamente, embora a existência de leis - e, até, de expressão constitucional - não somos atendidos com justiça. Resta-nos, portanto, o caminho político. E este não pode ficar adstrito à conquista de um ou dois ministérios.

Precisamos pensar grande e agir com desenvoltura a nível do potencial paranaense, jogando-se pela implantação de soluções que não estas que nos são testemunhadas pelo fato de que o Maranhão, depois de São Paulo e Minas Gerais, foi o Estado que mais se beneficiou de recursos federais até agora.

Não desejamos isto.

Queremos a implantação da justiça na distribuição do que é gerado pelos brasileiros em geral. E essa justiça que reclamamos tem que advir de critérios que sejam assumidos por todos os Estados, de comum acordo. Só assim é que o privilégio - sempre odioso - poderá ser banido, já que fruto de uma forma de fazer política que não responde ao nosso sentimento democrático.

<sup>a</sup> 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA  
ATA DA 17. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (51). Achando-se ausente o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira (01). Achando-se em licença os seguintes Srs. Deputados Alexandre Ceranto e Werner Wanderer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 64/87, de autoria do Sr. Deputado JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, o lote de terra n. 03, da quadra

32, com área total de 1.371,16m2, objetivando o funcionamento da Câmara Municipal de Pato Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 46, de 11.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 64/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado José Rogério de Carvalho, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica.

Trata-se do lote n. 03 da quadra 32, compreendendo uma área de 1.371,16m2 e benfeitorias, matriculado sob o n. 10.339, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

O objetivo é doar o referido imóvel ao Município de Pato Branco que o utilizará para as instalações de sua Câmara Municipal.

Como se trata de medida meramente autorizatória, não existe, portanto, qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ACYR MEZZADRI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N. 64/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Rogério de Carvalho, o presente Plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco o lote n. 03, da Quadra n. 32, compreendendo uma área de 1.371,16m2 e benfeitorias, conforme matrícula n. 10.339, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, no seu Parecer quanto a legalidade e constitucionalidade da matéria, deu-o como FAVORÁVEL, já que entendeu se tratar meramente de medida autorizatória, sem qualquer impedimento legal, constitucional ou regimental.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do artigo 54 do Regimento Interno, vê-se na justificativa do citado projeto de lei, que no terreno objeto da doação construir-se-á a Câmara Municipal de Pato Branco - obra estritamente necessária para o bom desempenho do Poder Legislativo patobranquense.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à aprovação deste projeto de

lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
LAURO LOBO ALCÂNTARA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 70/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina "Hênio Romagnolli" a Rodovia que liga Umuarama a Mariluz, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 52, de 20.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 70/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, tem por finalidade denominar Hênio Romagnolli, a rodovia que liga Umuarama a Mariluz.

O projeto em questão está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N. 70/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, visa denominar Hênio Romagnolli, a rodovia que liga Umuarama a Mariluz.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o seu mérito, tem que tal proposição visa destinar justa homenagem a Hênio Romagnolli, que durante sua vida pública prestou relevantes serviços à Cidade de Umuarama.

Diante do exposto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 71/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina "Ângelo Moreira da Fonseca" a Rodovia que liga Umuarama a Ivaté. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME

DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 52, de 20.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 71/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, tem por finalidade denominar a rodovia que liga Umuarama a Ivaté, de "Ângelo Moreira da Fonseca."

O já citado plano de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Pretende o mesmo fazer justa homenagem ao Sr. Ângelo Moreira da Fonseca, que em sua vida pública prestou importantes serviços junto àquela comunidade.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N. 71/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, visa denominar de Ângelo Moreira da Fonseca, a rodovia que liga Umuarama a Ivaté.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, deu parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, concluiu que a presente proposição é realmente justa homenagem à pessoa do Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, já que este em muito contribuiu para o verdadeiro desenvolvimento da cidade de Umuarama.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DAVID CHERIEGATE - Relator

A Mesa registra em Plenário, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Verê, Sr. José Fedrigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais,

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 64,

70 e 71/87.

Levanta-se a Sessão.

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**11.ª LEGISLATURA - 1. SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, José Domingos Scarpellini, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Vilela, Basílio Zanusso, Gernote Kirinus, José Afonso Júnior e Cândido Bastos. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 103/86, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 02) Projeto de Lei Complementar n. 179/86, de autoria do Deputado Nilso Squarezzi. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Emenda Substitutiva do Deputado José Domingos Scarpellini. 03) Projeto de Lei n. 214/86, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 229/86, de autoria do Deputado Jorge Maia Filho. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 05) Projeto de Lei n. 248/86, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 251/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 07) Projeto de Lei n. 255/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n. 261/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n. 271/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 10) Projeto de Lei n. 280/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno, denominando a PR-090, no trecho compreendido entre Sertãoópolis e Bela Vista do Paraíso, de rodovia JOSÉ MANOEL ALMEIDA. Vistas ao Deputado José Domingos Scarpellini. DEFERIDO. 11) Projeto de Lei n. 285/86. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 009/87, de autoria do

Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 025/87, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Vistas ao Deputado Edmar Luiz Costa. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei n. 026/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei n. 069/87, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 075/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado Basílio Zanusso, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 17) Projeto de Lei n. 079/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 084/87, de autoria do Deputado Lauro Alcântara. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 087/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 092/87, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Lei n. 093/87, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 094/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer no sentido de aguardar completar um ano de registro. DEFERIDO. 23) Projeto de Lei n. 099/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 24) Proposição Veto Parcial n. 148/86, oriunda do Poder Executivo, Ofício 187/86, vetando parcialmente o Projeto de Lei n. 70/86, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado, restitui nos termos do art. 28, § 5º da Constituição Estadual. 25) Proposição n. 050/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 42/87. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 26) Proposição n. 053/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 045/87. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 27) Proposição n. 055/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 47/87. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 28) Protocolo n. 4558/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com restrição do Deputado Basílio Zanusso. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presi-

dente encerra a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Coordenadora das Comissões, que secretariei a presente reunião.

Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL  
Coordenadora das Comissões

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos trinta dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceu o Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para realizar a 10.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente constatou não haver número legal e convocou outra para o dia 04/08/87. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES  
Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Massignan, Erondy Silvério, Acyr Mezzadri, Cândido Bastos, Artagão de Mattos Leão, Valderi Vilela, David Cheriegate e José Afonso Júnior. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n. 041/87, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 47/87. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 031/87, de autoria do

Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator: Deputado Cândido Bastos. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n. 033/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 034/87, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 059/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 80/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. O Senhor Deputado Nereu Massignan solicita Vista. DEFERIDO. 07) Projeto de Lei n. 83/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado Artagão de M. Leão, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n. 85/87, de autoria do deputado João Arruda. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n. 088/87, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator: Deputado Erondy Silvério. O Senhor Deputado Cândido Bastos solicita Vista. DEFERIDO. 10) Projeto de Lei n. 090/87, de autoria do Deputado João Arruda. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 095/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 103/87, de autoria do deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado José Afonso Júnior. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei n. 105/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Valderi Vilela. O Senhor Deputado Acyr Mezzadri solicita Vista. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei n. 113/87, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei n. 114/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 115/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 119/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 122/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 190/86, de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator: Deputado Acyr Mezzadri, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da

Administração. DEFERIDO. 20) Proposição n. 056/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 49/87. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 21) Proposição n. 057/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 052/87. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 22) Proposição n. 058/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 55/87. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. Em tempo: deixou de constar da Ata do dia 12/05/87, o Projeto de Lei n. 56/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que institui a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual foi trocado pelo Projeto de Lei n. 57/87, de autoria do deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel. O Projeto de Lei n. 56/87 teve como relator o Deputado Erondy Silvério que deu parecer FAVORÁVEL, aprovando o projeto. O Projeto de Lei n. 57/87 encontra-se com o relator, não tendo sido aprovado, ainda, na Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

(aa) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR  
Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES  
Secretária.

<sup>a</sup>  
1. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
1. SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA  
ATA DA 3. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho de um mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os seguintes processos: Projeto de Lei Complementar n. 99/86, relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti, - parecer favorável - Aprovado - Projeto de Lei n. 252/86 - Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti - parecer favorável - Aprovado - Projeto

de Lei Complementar n. 329/85 - Relator Deputado Algaci Túlio - parecer favorável - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Presidente  
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL  
1. SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA  
ATA DA 13. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado PIRAJÁ FERREIRA apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO sob ns. 27/87, 28/87 e 29/87, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
Presidente  
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário.

<sup>a</sup>  
1. COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL  
1. SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA  
ATA DA 14. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado RAUL LOPES apresentou redação final aos PROJETOS DE LEI N. 75/86 e 278/86, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente en-

cerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Secretário.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA EXAMINAR DENÚNCIAS DE CONTRABANDO NO PORTO DE PARANAGUÁ E NA FRONTEIRA DO ESTADO DO PARANÁ COM O PARAGUAI.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 17:10 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Examinar Denúncias de Contrabando no Porto de Paranaguá e na Fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulino Delazeri e contando com a presença dos Senhores Deputados Algaci Túlio, David Cheriegate, Lauro Lobo Alcântara, Hermas Brandão, Paulo Furiatti e Nereu Massignan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao Secretário a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada sem observações. O Senhor Presidente comunica o recebimento de correspondência enviada pelo Senhor Justo Eres Almada Insfran, Consul do Paraguai em Paranaguá e que a mesma após lida, encontra-se à disposição dos Senhores Deputados Membros desta Comissão. O Senhor Presidente comunica que foi designado o funcionário Boanerges de Menezes Caldas e o Senhor Roberto Novaes, para secretariar e assessorar, respectivamente, esta Comissão. O Senhor Presidente

comunica que o roteiro traçado pela Presidência e pelos Senhores Relatores, é no sentido de convocar os seguintes Senhores para depor junto a esta Comissão: Jornalista Maria do Carmo, do Jornal Folha de Londrina; um Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Fabricantes de Óleos Vegetais; o Delegado Roberto Alves, da Superintendência da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul e o Jornalista Moacir de Castro, do Jornal O Estado de São Paulo. Atendendo pedidos dos Senhores Membros da Comissão e aprovado por unanimidade, mandou oficialiar ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando às seguintes informações: Cópia do Inquérito do Incêndio ocorrido na Ciretran de Paranaguá, em data de 11 de dezembro de 1985; Cópia de Inquérito a que se refere a Portaria n. 70/87, datada de 08/04/87; Informar quais às providências que foram tomadas sobre o informe n. 781/01/86 - SI/SR/DPF/PR, datado de origem em 11 de agosto de 1986, contido no relatório n. 332/86; O número de inquéritos existentes de contrabando de café, soja, eletro-eletrônicos e o volume de mercadorias apreendidas, e o número de veículos roubados nos últimos cinco (5) anos. Em seguida nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 16 de junho do corrente ano, após a Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas, e mandou lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão para que se publique e produza os efeitos legais.

(a) PAULINO DELAZERI

Presidente

BOANERGES DE MENEZES CALDAS

Secretário



